

REQUERIMENTO Nº 669, DE 2015

Nos termos do art. 50, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro informações, a serem solicitadas ao Ministro da Saúde, acerca das políticas públicas já adotadas ou a serem adotadas por este Ministério para o combate ao estigma da população em geral sobre a psoríase e o seu enfrentamento, tratamento e assistência às pessoas que adquiriram essa doença crônica, incapacitante e não transmissível:

1. Quais políticas públicas estão em execução, por parte do Ministério da Saúde, para o enfrentamento aos estigmas associados à psoríase no Brasil, nos termos da Resolução sobre a Psoríase adotada pela Organização Mundial de Saúde – OMS em 23 de maio de 2014?
2. Se não estão em execução, quais os motivos para não estar em execução? E qual o planejamento deste Ministério para iniciar esse enfrentamento?
3. Quais políticas públicas estão em execução, por parte do Ministério da Saúde, para o tratamento e assistência de pacientes que apresentam essa doença crônica?
4. Quais são as políticas públicas voltadas também para a assistência da família do paciente que apresenta os sintomas da psoríase no Brasil?
5. Quais as políticas públicas estão em fase de planejamento, por parte do Ministério da Saúde, para o tratamento e assistência de pacientes que apresentam a doença crônica e seus familiares?
6. Há planejamento por parte deste Ministério para formar parcerias com a iniciativa privada para viabilizar a execução de ações para o enfrentamento de estigmas associados à doença, tratamento e assistência dos pacientes e familiares?

7. Quantas pessoas apresentam os sintomas da psoríase no Brasil? Quantas pessoas apresentam essa doença por estado da federação? E por região?

JUSTIFICAÇÃO

Após a 67ª Assembleia Mundial da Saúde, ocorrida em maio de 2014, os países membros da Organização Mundial de Saúde – OMS, dentre eles o Brasil, decidiram adotar medidas, nos termos da Resolução sobre Psoríase aprovada pelos seus membros, a fim de concretizar ações para o enfrentamento dos estigmas relacionados à doença, tratamento e assistência de pacientes e seus familiares em busca de proporcionar melhor qualidade de vida àqueles que sofrem dessa doença considerada crônica, incapacitante e não transmissível.

Diante desse quadro, importante se faz conhecer maiores detalhes das políticas públicas já adotadas por este Ministério para atender ao que foi disposto na Resolução, bem como qual o planejamento do governo federal para futuras ações.

Sala das Sessões, em de junho de 2015.

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
PCdoB/Amazonas

À Mesa para decisão